

AS IDEIAS DE UM CANDIDATO: A PLATAFORMA ELEITORAL DE MÁRIO ANDREAZZA NA DISPUTA PELA SUCESSÃO DE FIGUEIREDO (1985)

 MATHEUS SOARES*
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - SEROPÉDICA - RIO DE JANEIRO - BRASIL

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o programa político do Ministro do Interior, Mário Andreazza, em seu propósito em ser o candidato do Partido Democrático Social (PDS) no processo de sucessão presidencial de 1985. A justificativa para essa pesquisa se encontra na ausência de pesquisas dos diversos campos das ciências humanas voltadas para esse tema. As fontes consultadas foram os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, essa pesquisa utilizou-se da publicação diária desses periódicos sobre o assunto da sucessão presidencial para construir o programa do candidato citado. Assim, foi possível entender o que Andreazza pensava sobre a economia brasileira, como também compreender o que seria o seu projeto de desenvolvimento, a sua visão sobre eleições (diretas ou indiretas), como também o que como o mencionado postulante pensava sobre os órgãos de informações, principalmente o SNI (Serviço Nacional de Informações).

Palavras-chave: Mário Andreazza; Sucessão presidencial de 1985; Programa político.

ABSTRACT

This article aims to analyze the political program of the Minister of the Interior, Mário Andreazza, in his purpose of being the candidate of the Social Democratic Party (PDS) in the 1985 presidential succession process. The justification for this research lies in the absence of studies from various fields of human sciences focused on this topic. The sources consulted were the newspapers *O Globo*, *Folha de São Paulo*, and *Jornal do Brasil*; this research used the daily publication of these periodicals about presidential succession to construct the program of the mentioned candidate. Thus, it was possible to understand what Andreazza thought about the Brazilian economy, as well as to comprehend what his development project would be, his vision on elections (direct or indirect), and what the mentioned candidate thought about the information agencies, especially the SNI (National Information Service).

Keywords: Mário Andreazza; 1985 presidential succession; Political program.

* Doutorando em História pelo PPHR/UFRRJ, mestre em História pela mesma instituição. Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: matheus.cetrio@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el programa político del ministro del Interior, Mário Andreazza, en su propósito de ser el candidato del Partido Democrático Social (PDS) en el proceso de sucesión presidencial de 1985. La justificación para esta investigación se encuentra en la ausencia de estudios de diversos campos de las ciencias humanas enfocados en este tema. Las fuentes consultadas fueron los periódicos O Globo, Folha de São Paulo y Jornal do Brasil; esta investigación utilizó la publicación diaria de estos periódicos sobre el tema de la sucesión presidencial para construir el programa del mencionado candidato. Así, fue posible entender lo que Andreazza pensaba sobre la economía brasileña, así como comprender cuál sería su proyecto de desarrollo, su visión sobre las elecciones (directas o indirectas), y lo que el mencionado candidato pensaba sobre las agencias de información, especialmente el SNI (Servicio Nacional de Información).

Palabras clave: Mário Andreazza; Sucesión presidencial de 1985; Programa político.

INTRODUÇÃO

Esse artigo busca apresentar um tema que sequer é debatido pela história ou ciência política. A ideia é entender a plataforma eleitoral de um dos candidatos do Partido Democrático Social para a sucessão do presidente João Batista Figueiredo. Sabemos que o candidato escolhido pelo PDS foi o então deputado federal por São Paulo, Paulo Maluf. Mas pouco se debateu sobre a competição que antecedeu a referida escolha. Ao todo, o PDS deve ter tido mais de cinco interessados na sucessão, porém somente três candidaturas tiveram maior relevância: o já citado deputado federal Paulo Maluf; o Ministro do Interior, Mário Andreazza; e o vice-presidente Aureliano Chaves.

Esse “esquecimento” gerou uma sequela importante: o que os referidos nomes pensavam e planejavam para o país, caso fossem eleitos ao cargo. Aqui, pretendo apresentar um pouco da campanha de Andreazza e o que ele elaborou. Para isso, o conjunto documental utilizado foi a imprensa, principalmente por meio de três dos principais jornais em circulação naquele período: *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *o Jornal do Brasil*.

Seria possível pensar em algumas características dos jornais, enquanto uma fonte? Barros apresentou, ao menos, três tópicos principais: a) periodicidade, o jornal precisa de produção recorrente (diária, semanal, quinzenal, mensal...); b) sua forma impressa, aqui o

próprio autor reconhece que a modernidade transformou esse critério por causa da expansão do acesso à internet, já que cresceu o quantitativo de jornais que possuem o padrão digital; c) a publicização, o lançamento desse material voltado para algum público específico ou amplo. Esse último ponto acaba ganhando relevância com a transformação da imprensa opinativa em informativa, que ocorreu na segunda metade do século XX.

A década de 1950 é um marco por conta das mudanças que a imprensa carioca, como também nacional, passou a se submeter. Pode-se entender como um momento de expansão do chamado jornalismo empresarial, substituindo seu perfil literário. A ideia principal era de formular uma imprensa mais “neutra”, onde as notícias deixavam de ser amplamente comentadas, dando privilégio a narração do acontecimento, o que marca a incorporação do chamado modelo estadunidense de comunicação. A imprensa também passa a se profissionalizar, com o surgimento dos primeiros cursos de ensino superior. Surge o espaço para a publicidade, responsável por garantir ou aumentar a arrecadação financeira de determinado periódico. Ribeiro destaca que mesmo com a modernização desses jornais, a questão política não deixou de estar presente nesses espaços.¹

Essas questões são importantes, principalmente para o historiador empenhado em utilizar a imprensa enquanto fonte. Com isso, seria necessário o desenvolvimento de alguns métodos que possam contribuir para a formatação de uma pesquisa de qualidade. Lucca já tinha alertado aos interessados sobre os riscos e cuidados. Esse estudo, em parte, privilegiou esses “alertas” da autora. A seleção desses jornais foi realizada respeitando critérios importantes: como a sua relevância no período; a possibilidade de confirmação dos fatos narrados por outros meios; e o cuidado com a seleção das matérias apresentadas.

Esta pesquisa fundamentou-se nos estudos sobre partidos políticos e suas especificidades no caso brasileiro. Para Berstein, um partido político surge como resposta em um período de crise institucional e tenta criar uma espécie de tradição que possa ter a capacidade de se manter no tempo. O autor desenhou algumas características importantes sobre um partido:

¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. 360 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

a extensão, já que a organização precisa de uma estrutura regional como uma burocracia nacional; o desejo pelo poder; a busca pelo respaldo social, já que um partido deve buscar a consolidação na população; a durabilidade, aspecto mais difícil ao caso brasileiro, por conta de seus diversos momentos de crise institucional². Para Meneguello³, os partidos são vistos como conectores entre os anseios dos cidadãos e os governos, sendo importantes no desenvolvimento de políticas públicas. A autora também elaborou algumas considerações sobre os partidos, como sua relação com a chamada clientela - já que estes conseguem traduzir as necessidades das massas; o caráter governamental dessas instituições, já que estes articulam e formulam estratégias de governança; além de pensar na importância das relações ao qual um partido se insere.

Todavia, o caso brasileiro apresenta uma fragilidade institucional, principalmente se compararmos nossos partidos e nossa qualidade democrática com o de outros países. Isso ocorre por conta da ausência de continuidade dos sistemas partidários no Brasil. Lembrando que só no Período Republicano (1889-2025), o país passou por diversos momentos de instabilidade e quebra da ordem legal. A complexidade brasileira também é um fator que chama atenção, por conta de sua heterogeneidade regional e a baixa estruturação dos partidos nessas regiões. Além disso, a autora chama atenção para o fato de o país só conseguir estabelecer dois partidos de classe durante todo o período republicano: o PCB (Partido Comunista Brasileiro), criado em 1922 e o PT (Partido dos Trabalhadores), criado em 1980. Por fim, o próprio Estado brasileiro buscou representar os diversos anseios sociais, tomando para si a responsabilidade que pertencia aos partidos.

Considerando essas questões, devo sinalizar que utilizo o conceito de “redes partidárias” como referencial teórico. Sawicki apresentou quatro tipos de redes que um partido político pode possuir, aqui utilizo dois: a rede como conjunto de relações pessoais formais ou informais de um indivíduo, uma espécie de análise sobre o chamado capital social ao qual esse indivíduo

² BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³ MENEGUELLO, RACHEL. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

possui. Na segunda parte desse texto, acredito ser possível desenvolver melhor esse termo⁴. A segunda rede é a formada por um sistema de afinidades duráveis fundado sobre interesses comuns, laços de dependência ou de obrigações, que será melhor desenvolvida na terceira e quarta parte deste artigo.

Além desta seção introdutória, esse texto contém outras quatro. A segunda seção buscou apresentar um pouco da biografia política de Mário Andreazza, explicando como o político chegou ao comando do Ministério do Interior. A terceira parte apresenta as ideias de Andreazza. Explico inclusive o motivo de não dizer a palavra programa, questão que foi amplamente pensada pelo candidato. A quarta seção continua debatendo algumas ideias do ministro, mas com ênfase mais específicas na questão da governabilidade. Por fim, uma seção dedicada à conclusão do texto.

A TRAJETÓRIA DE MÁRIO ANDREAZZA ATÉ O MINISTÉRIO DO INTERIOR

Mário Davi Andreazza nasceu em agosto de 1918, na cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul). Perto de completar 20 anos, ingressou no Exército, através da Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro). Dois anos depois, tornou-se aspirante a oficial da arma de infantaria. Em 1943, foi promovido ao cargo de primeiro-tenente, chegando ao posto de tenente-coronel em 1960. No ano de 1961, participou no Serviço Federal de Informações e Contrainformações, do CSN (Conselho de Segurança Nacional). Órgão que antecedeu o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁵.

Após o golpe de 1964, tornou-se oficial de gabinete no Ministério da Guerra, que era chefiado pelo general Costa e Silva. Enquanto exercia tal função, obteve o título de coronel. Com a adoção do AI-2 (Ato Institucional nº 2), acabou realizando acentuada cruzada em favor da candidatura de Costa e Silva, para a sucessão de Castelo Branco na presidência da República brasileira. Sua estratégia era apresentar um candidato próximo ao povo, como um homem

⁴ SAWICKI, F. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO, A. (Org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

⁵ As informações aqui listadas, foram consultadas em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>. Pesquisa realizada em 15 de abril de 2025.

simples e bom. A vitória do referido candidato lhe rendeu o convite para comandar o Ministério dos Transportes.

Em 1967, Andreazza efetivou-se como ministro. Logo no seu primeiro ano de gestão, teve papel importante no lançamento do segundo trecho da pista da Via Dutra, rodovia responsável por fazer a ligação entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Também deve ser destacado o seu respaldo ao texto do AI-5 – Ato Institucional conhecido pelo seu importante papel na repressão política, sendo reconhecido pela supressão do *Habeas Corpus* e legitimação da repressão⁶. Durante esse período, também se filiou ao partido governista (Arena – Aliança Renovadora Nacional). Chegando a ter seu nome especulado como um possível presidente da sigla (1969), possibilidade rejeitada pelo próprio ministro.

Após a doença responsável por afastar Costa e Silva da presidência da República, Andreazza manifestou sua posição contrária ao estabelecimento da chamada junta militar. A eleição do general Garrastazu Médici não interferiu na sua posição ministerial, já que continuou chefiando o Ministério dos Transportes. Nesse período, destacou-se pela inauguração de importantes trechos rodoviários e ferroviários, como a ponte sobre o arroio Chuí, que era responsável pela conexão entre o Brasil e o Uruguai; a rodovia Porto Velho-Rio Branco; o trecho ferroviário Tronco Sul, que interligava as cidades de Uberlândia e Araguari, ambas de Minas Gerais; a pavimentação do trecho rodoviário entre Cuiabá e Rio Verde (Mato Grosso); a rodovia Transamazônica⁷; a pavimentação da rodovia Belém-Brasília e Belém-São Luís; além da construção da Ponte Rio-Niterói.

O fim do mandato do presidente Médici coincidiu com a saída de Mário Andreazza da pasta. Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), Andreazza não assumiu cargos públicos. Nas eleições de 1974, lideranças políticas da Arena da Guanabara chegaram a

⁶ Para mais informações, consultar: FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, v. 9, n. 17, 2021.

⁷ Para entender a polêmica sobre a construção dessa rodovia e suas consequências, sugiro: CAMPOS, P. H. P. As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais em um grande projeto da ditadura brasileira. *CADERNOS DO CEOM (UNOCHAPECÓ)*, v. 34, p. 67-82, 2021. CARVALHO, Erika Marques de. *Uma Cicatriz na Selva: da propaganda aos impactos sociais e sanitários da rodovia Transamazônica (1969-1979)*. 2022. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, 2022. BRAGA, Magno Michell Marçal. *Construtores do Brasil Grande: trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)*. 2021. Tese (Doutorado em Programa de História) - Universidade de Coimbra, 2021.

especular o lançamento de sua candidatura ao Senado Federal, mas a ideia foi rechaçada por ele. Nesse período, presidiu a Equipamentos Marítimos e Industriais, empresa lotada na cidade de Niterói. Também foi vice-presidente da Companhia de Seguros Atlântica Boavista, situada em São Paulo.

Terminando o mandato de Geisel, Andreazza voltou-se para a articulação em favor da campanha do general João Batista Figueiredo. Seu papel era apresentar o general aos grupos empresariais, como autoridades políticas de governos antecessores. Por esse compromisso, possivelmente, foi agraciado com o Ministério do Interior, um dos postos mais importantes dentro do período, já que possuía em torno de si um alto valor de orçamento público para a realização de obras nas cidades brasileiras. Além disso, a pasta era responsável pela liderança de autarquias fundamentais, como a Sudam (Superintendência do Amazonas) e Sudene (Superintendência do Nordeste).

Como ministro do Interior, buscou utilizar a Sudam e Sudene em projetos de desenvolvimento nos estados da região Norte e Nordeste, locais de grande concentração de políticos governistas, atuando no saneamento básico e em obras de habitação, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Empregou um grande quantitativo de recursos no Conselho Nacional de Desenvolvimento (CNDU) e no Departamento de Obras contra as Secas (DNOCS), em prol de garantir que o seu partido, PDS, conseguisse resultados eleitorais mais favoráveis no pleito de 1982. Ao todo, mais de 7 bilhões de cruzeiros foram aplicados para este fim, em aproximadamente 2 mil municípios.

A reforma partidária de 1979 surgiu com o intuito de fragmentar os grupos de oposição. Se durante o bipartidarismo, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) concentrava em torno de si esses políticos, o governo ditatorial percebia que o pluripartidarismo seria uma importante ferramenta de divisão, capaz de impedir o crescimento eleitoral oposicionista⁸. Andreazza, junto com os líderes governistas, entendia que, para o sucesso de tal estratégia, o governo deveria continuar tendo em torno de si um partido grande e coeso. Por conta disso,

⁸ FLEISCHER, DAVID. As desventuras da engenharia política: Sistema Eleitoral *versus* Sistema Partidário. In: FLEISCHER, DAVID (Org.). *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

articulou a criação de um único partido governista, o que ficou conhecido como Partido Democrático Social (PDS).

Nas eleições de 1982, ficava ainda mais patente a relevância do ministro. Os governistas desejavam que Andreazza fosse lançado como candidato à sucessão do governo do estado do Rio de Janeiro. Naquele momento, o estado era governado por Chagas Freitas⁹, eleito pelo MDB. Na reforma partidária, o então governador teria sido uma importante liderança do PP (Partido Popular) no Rio de Janeiro. Após as ações de engenharia política que buscavam controlar o crescimento da oposição no pleito de 1982, Chagas Freitas acompanhou seu partido na incorporação ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)¹⁰. Apesar do contexto e mobilização de políticos do PDS, Andreazza recusou o convite. Todavia, logo no início do ano de 1983, Andreazza se apresentava como postulante ao cargo de sucessor do presidente Figueiredo.

Após essa exposição, julgo que ficou nítido o capital político – surgindo as redes por meios das relações pessoais¹¹ – construído por Mário Andreazza. As relações que construiu durante o período, lhe proporcionaram importantes papéis, como os ministérios do Transporte e do Interior. Pastas que também lhe renderam uma maior aproximação com membros dos partidos de sustentação governamental, seja a Arena ou o PDS, ao ponto de líderes políticos da Guanabara e do Rio de Janeiro desejarem que Andreazza desempenhasse ainda mais influência, estimulando-o a disputar uma cadeira no Senado ou como governador de estado. Abaixo, exploro algumas de suas ideias que caracterizariam a sua campanha para ser o candidato do PDS, objetivo que não teve êxito, já que nas prévias partidárias pedessistas Andreazza acabou sendo derrotado por Paulo Maluf (PDS-SP).

⁹ Informações de sua biografia política podem ser encontradas em: FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. FERREIRA, Marieta de Moraes; GRZYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.14, no 28, p.74-100, 1994. SARMENTO, C. E. B. *O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983) - liderança, voto e estruturas clientelistas*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Folha Seca, 2009. SARMENTO, C. E. B. *Chagas Freitas: um perfil político*. Rio de Janeiro: Alerj / FGV, 1999.

¹⁰ FLEISCHER, 1988.

¹¹ SAWICKI, 2013.

MÁRIO ANDREAZZA E SUAS IDEIAS

Antes de começar a explicar o que seriam as ideias do candidato Andreazza, importa dizer que a própria palavra “programa” já era parte de sua campanha. O candidato negava ter um programa político, justificando que essa medida era de responsabilidade do seu partido. Abaixo, levanto questões que podem ajudar a entender essa estratégia. Essa seção também se interessa em debater a importância do Ministério do Interior em sua campanha, como possíveis críticas da utilização da máquina pública em seu favor. Mostro também a falta de preocupação do ministro em apresentar um vice para sua chapa, o que lhe dava maior margem de negociação. Destaco a questão econômica, alvo de alta estima pela sociedade brasileira, mediante o contexto social ao qual o país estava inserido.

O lançamento oficial da candidatura do Ministro do Interior, Mário Andreazza, já demonstra como todo o processo de sucessão dentro do PDS foi conturbado. No dia 20 de setembro de 1983, Andreazza apresentou-se ao país como um dos interessados em ser indicado pelo presidente, por meio do partido governista. O problema, naquele momento, era que a responsabilidade de coordenar o processo sucessório seria do próprio presidente Figueiredo, que sequer foi consultado sobre o referido lançamento.

O ministro entendia que a circunstância era extremamente propícia para tal feito, já que Figueiredo teria escolhido sondar todos os membros de seu partido para tomar sua decisão. Após a repercussão, Andreazza teve o cuidado de esclarecer que estava alinhado ao presidente, mas entendia que o momento era muito pertinente para a sua campanha. Por isso, mesmo sem consultar previamente Figueiredo, acabou lançando sua candidatura. Inclusive, entrou em outra polêmica: havia um burburinho, principalmente por conta da campanha de Paulo Maluf, de que alguns candidatos poderiam não legitimar a escolha do presidente e buscar o apoio no partido através da convenção partidária, a verdadeira responsável em consolidar o nome que disputaria a sucessão. O ministro logo se preocupou em afirmar que reconheceria a escolha do presidente, mesmo se não fosse o nome indicado¹². Apesar de não ter sido avisado, o presidente Figueiredo não apresentou nenhuma resistência. Ele teria entendido como uma atitude normal e esperada,

¹² Jornal O Globo, 21/09/1983, p. 4, “Andreazza lança oficialmente sua candidatura”. Jornal do Brasil, 21/09/1983, p. 3, “Andreazza consulta Figueiredo e se lança candidato”. Folha de São Paulo, 21/09/1983, p. 6, “Andreazza oficializa candidatura à presidência”.

já que os outros dois principais candidatos do PDS já tinham o interesse em lançar suas candidaturas - aqui referindo-se ao seu vice-presidente, Aureliano Chaves, e o deputado federal por São Paulo, Paulo Maluf¹³.

Também existiam outros fatores que cabiam esclarecimentos, já que Andreazza era ministro. Sua pasta tinha uma importância muito grande na realização de obras públicas por todos os municípios do país, além de controlar importantes autarquias como a Sudene (Superintendência do Nordeste). Andreazza negava a possibilidade de utilizar a pasta em seu favor. Algo que não se confirmou, já que o Ministério do Interior foi um valioso instrumento, nos anos finais de 1983, para a consolidação de apoio - principalmente de políticos que buscassem trocar seus votos na convenção por determinadas obras públicas. O ministro chegou a abrir um escritório político, sitiado em Brasília, para receber membros que o apoiavam e garantir a realização de construções que pudessem colaborar com a projeção de sua candidatura, transmitindo uma imagem de “tocador de obras” – focando nos resultados que elas poderiam trazer, como empregos diretos e indiretos¹⁴.

Além disso, resgato a importância da utilização da imprensa para pensar a candidatura desses postulantes. Andreazza não elaborou uma plataforma eleitoral para o cargo de presidente. Sua alegação era de que essa seria a responsabilidade de seu partido. Por isso, sem a imprensa, dificilmente entenderíamos o que destaca sua candidatura das demais.

A questão do vice-presidente de sua chapa também passou por um processo semelhante, já que não houve uma preocupação com a formação de uma chapa fechada. O ministro alegava que essa também seria uma decisão do PDS. Mas, pelo que foi possível acompanhar, havia uma preferência pelo nome do ex-governador Antônio Carlos Magalhães. Isso se justifica facilmente: o ex-governador era uma importante liderança do partido e mesmo sem o cargo de maior expressão, tinha “entrada” em diversos espaços, principalmente em relação aos políticos do Nordeste. E a região citada ainda merece maior destaque, já que os seus governadores buscavam influenciar diretamente na escolha desse sucessor. Havia a compreensão de que o

¹³ Jornal O Globo, 21/09/1983, p. 4, “Átila: Planalto não participa, mas aceita a iniciativa”. Jornal do Brasil, 21/09/1983, p. 3, “Planalto recebeu sem surpresa o lançamento”.

¹⁴ Jornal O Globo, 22/09/1983, p. 3, “Andreazza abrirá escritório político”. Jornal do Brasil, 21/09/1983, p. 3, “Andreazza consulta Figueiredo e se lança candidato”.

PDS do Nordeste representava uma parcela considerável no colégio eleitoral, então, era o momento dessa representatividade significar um maior envolvimento da região no pleito. Não se tratava apenas de um cargo, como a vice-presidência, mas de uma campanha que buscasse apresentar propostas que sanassem problemas estruturais da região.

Já no lançamento de sua candidatura, Andreazza apresentou dois pontos que tiveram grande repercussão no período. O ministro afirmou que, se fosse eleito, envolveria o seu partido no processo decisório, incluindo-o na escolha de futuros ministros. Esse era um reconhecimento de como os governos militares pouco caso faziam com relação a sua base política. Andreazza percebia que os tempos haviam mudado e, principalmente após o fim do AI-5, não havia mais condições de ter governabilidade sem a garantia de uma sustentação parlamentar.

A questão sobre a inclusão de políticos no governo não era uma novidade. Desde a formação da Arena (1966), esse era um ponto de incômodo aos membros do partido. A partir de 1974, a sigla passava a ser interlocutora do governo, sendo essa uma tentativa do Poder Executivo em superar antigas rixas com o partido. Porém, esse intento não se concretizou e o governo continuou a desprestigiar a sua sigla de sustentação¹⁵.

Essa também foi uma questão que esteve na formação do Partido Democrático Social (PDS) e na elaboração de seu programa. Quando os políticos debateram sobre o que seria essa sigla, havia o claro interesse em negar a posição de um partido plenamente submisso aos mandos e desmandos governistas. Ao contrário, o programa reafirmava o desejo do partido em maior envolvimento dentro do cenário decisório. O problema é que o discurso programático acabou não sendo sustentado quando testado. Soares indica que a atuação do partido dentro do Congresso acabou sendo de baixo questionamento ao governo, mesmo em pautas de grande interesse da sigla, como o retorno de suas prerrogativas legislativas¹⁶.

O segundo tema foi a forma em que ocorreria a eleição de 1985: pleito direto ou indireto? Apesar do movimento iniciado por membros da oposição, com destaque aos políticos

¹⁵ GRINBERG, Lucia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

¹⁶ SOARES, Matheus. Partido da reforma e transformação? O Partido Democrático Social (PDS) em seus anos iniciais (1979-1982). 2023. 253 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PDS e os candidatos do partido tinham ciência de que o colégio eleitoral era de controle da base governista. A adoção de uma eleição direta significaria mais riscos do que certezas - o que não faria sentido. Andreazza então deixava bem claro que o seu interesse era pela manutenção do pleito indireto. Mas, após aquela eleição, se fosse eleito, se comprometeria a debater a alteração do formato das eleições.

Dias após o lançamento oficial de sua candidatura, o ministro concedeu entrevista ao jornal *O Globo*, onde apresentou algumas de suas propostas. Sua primeira preocupação foi de alegar que não era favorável do que denominou de continuísmo - ação que marcava a perpetuação de determinados nomes em postos ministeriais do país. Era uma clara crítica ao ministro do planejamento, Delfim Netto, que não abria espaços para uma renovação de ideias. Alegou que esse continuísmo seria uma marca de regimes totalitários como o nazismo ou o comunismo.

Sobre essa questão, devo salientar que a presidência de Figueiredo estava inserida em uma crise econômica que tornava o cenário desfavorável aos candidatos governistas. A política econômica governamental buscou uma nova edição do chamado “milagre econômico” brasileiro, mas que não prosperou. Além disso, o contexto internacional também não era positivo, principalmente após o segundo choque de petróleo (1979) – que teria sido responsável pelo aumento substancial do preço do petróleo, como também da elevação da taxa de juros internacional que desencadeou um aumento da dívida externa brasileira. Isso resultou em uma série de medidas que se alternavam entre a ortodoxia e heterodoxia econômica, mas que não conseguiam resultar em estabilidade¹⁷.

Aliás, se o ministro Delfim era criticado por sua continuidade em diversos governos militares, o que dizer do candidato Andreazza? No período ditatorial, Andreazza chefiou duas pastas ministeriais: Transporte (1967 - 1974) e Interior (1979 - 1985), como também atuou como chefe de gabinete no Ministério da Guerra. O único momento em que não esteve diretamente em alguma pasta foi no período de presidência de Geisel (1974 - 1979). Logo,

¹⁷ PICCOLO, Monica. O dragão não era de papel: os (des)ajustes da política econômica brasileira nos anos 1980. In: QUADRAT, Samantha (Org.) *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Niterói: 7 letras, 2014.

parece que sua estratégia se baseou em uma desvinculação governamental, por conta do contexto econômico desfavorável, temendo uma perda de apoio político.

O ministro também se defendeu de alguns críticos que o acusavam de ter benefícios por conta da pasta que comandava. Lembrando que o Ministério do Interior foi um dos cargos mais influentes na formulação de políticas públicas naquele período. Para se livrar das queixas, apelou para o caso de demais políticos que não precisavam se desincompatibilizar de suas funções para disputar outros, como era o caso de deputados e senadores. Assim, Andreazza arrumava uma forma de continuar na referida pasta.

Também apontou que a questão das divisões internas seria um incômodo passageiro. O governo Figueiredo, e alguns líderes do PDS entendiam que a disputa precisava ser controlada, evitando o facciosismo dentro da sigla governista. Porque isso poderia representar a derrota do PDS no colégio eleitoral. Inclusive, esse era um dos fatores que mais preocupava o presidente, estimulando-o a postergar cada vez mais sua decisão em favor do seu sucessor.

Em diversos momentos de sua sucessão, Figueiredo tentava impedir as disputas internas. Mas sua atuação também trazia muita confusão ao quadro geral. Possivelmente, o presidente apoiava a campanha de Andreazza, mas negava-lhe publicamente qualquer apoio. Figueiredo também poderia apresentar uma postura contrária à candidatura de Maluf. Políticos e membros da imprensa especulavam até mesmo que o presidente tentaria impedir o deputado paulista de disputar o cargo. Todavia, publicamente, Figueiredo negava sua oposição ao candidato paulista. Gaspari descreve essas contradições presidenciais como uma marca no processo sucessório¹⁸. Também entendo que o contexto político e econômico era desfavorável ao presidente. Ao defender publicamente uma candidatura, Figueiredo poderia arrastar uma antipatia que poderia ser capaz de atrapalhar o candidato governista. Portanto, essa indefinição também podia fazer parte de uma estratégia para preservar a imagem de Andreazza.

O Ministro do Interior declarou que após o momento de coordenação e disputa interna, seria possível uma aproximação dos candidatos. Fato que não se sustentou. Quando Maluf foi escolhido na convenção do PDS, o próprio ministro não esboçou esforço em apoiá-lo.

¹⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

Andreazza chegou a declarar que não iria participar da campanha de Maluf, como também negou a utilização da estrutura de sua pasta em benefício do candidato pedessista. Os apoiadores do ministro acabaram atuando de forma desconexa, alguns chegaram a apoiar Maluf, mas uma parcela significativa também decidiu pelo projeto da oposição¹⁹. Também havia uma certa insatisfação em alguns meios militares por sua candidatura. O ministro negou que isso representasse um veto a seu nome, mas reconheceu que não era uma candidatura com apoio hegemônico dentro das Forças Armadas.

Sobre o mandato presidencial, o ministro alegava ser um defensor de um período de quatro anos, com a possibilidade de reeleição. Ainda teria dado margem para o retorno do pleito direto, mas como dito antes, só após a sua eleição. Agora, a questão econômica era a que mais parecia incomodar a sua candidatura. Andreazza alegava estar interessado em um novo projeto de desenvolvimento econômico ao país, mas reconhecia que o cenário não lhe era favorável, entendendo que para o desenvolvimento do referido projeto, seria necessário o sucesso da estabilização econômica ainda nos anos finais do governo Figueiredo. Por fim, julgava que uma das principais válvulas de retorno ao desenvolvimento se encontrava na construção civil. O setor seria responsável em diminuir ou resolver o problema do desemprego no Brasil. Para isso, seria retomado o projeto habitacional, que precisaria de um investimento de Cr\$ 350 bilhões, resultando em respostas de curto prazo²⁰.

Tivemos outras declarações do Ministro do Interior, com o intuito de desenvolver mais o seu pensamento sobre o campo econômico brasileiro. Andreazza reforçava a necessidade de um projeto que garantisse o desenvolvimento do país, mesmo em um cenário adverso e de crise econômica. Para isso, tornava-se necessário o estímulo às atividades produtivas que resultassem

¹⁹ Jornal O Globo, 15/08/1984, p. 3, “Andreazzistas já estão divididos em três correntes”. Jornal O Globo, 23/08/1984, p. 2, “Andreazza diz a Maluf que não pedirá votos”. Jornal O Globo, 13/09/1984, p. 2, “Andreazza: ministério não participa da campanha”. Jornal O Globo, 14/09/1984, p. 2, “Andreazza assegura: não subirá a palanques”.

²⁰ Jornal O Globo, 29/09/1983, p.3, “Andreazza promete mudar o modelo econômico”. Folha de São Paulo, 29/09/1983, p. 5, “Andreazza só aceita diretas em 1990”. Jornal do Brasil, 29/09/1983, p. 3, “Andreazza promete governo sem continuísmo”.

em um aumento da capacidade de exportação do país, mas também era essencial um impulso ao mercado interno - principalmente em atividades que não demandassem importações²¹.

A questão da dívida externa também era sua preocupação. E a receita fora justamente descrita acima: crescimento econômico com a garantia de uma estabilidade política e social. Assim, o serviço da dívida ia sendo quitado. Mas o ministro também entendia que um programa de desenvolvimento poderia afetar a balança de pagamentos, justamente por demandar do estado, investimentos. Para equilibrar essa situação, havia o claro interesse em conter e cortar gastos da máquina administrativa brasileira. Voltava a atenção para a construção civil, mas defendia o setor agrícola e industrial para a garantia do sucesso de seu projeto. Além disso, destacava o valor dos pequenos e médios empresários para a geração de empregos. Essa fórmula poderia, na visão do candidato, ser responsável por uma diminuição na taxa de juros.

Por último, mas não menos importante, também refletia sobre a desigualdade dentro do cenário brasileiro. O ministro entendia que esse pensamento de desenvolvimento econômico precisava "prosperar" tanto pessoas quanto regiões. Ou seja, passou a dar atenção ao desequilíbrio regional, pauta que era um incômodo de diversos governadores da região nordestina. O diagnóstico era de que os projetos de desenvolvimento elaborados pelos governos brasileiros sempre privilegiavam a região Sudeste.

Em janeiro de 1984, Andreazza decidiu apresentar "ideias básicas de sua candidatura", o documento tinha uma estrutura de programa de governo, mas o ministro não quis se referir ao mesmo dessa forma. Muito provavelmente, porque tinha o interesse em costurar um amplo acordo com o PDS, o que possivelmente refletiria em diversas alterações no que fora apresentado. Apesar de conter mais de 30 páginas, o documento pode ser dividido em 5 eixos temáticos²². O primeiro seria o modelo econômico,

Defende a retomada do crescimento, o fortalecimento da economia de mercado, a desconcentração do poder econômico, o apoio à empresa privada - sobretudo às médias e pequenas - sem desprezar os grandes conglomerados nacionais e regionais

²¹ Jornal O Globo, 10/10/1983. p. 2, "Proposta de Andreazza inclui reescalamento da dívida".

²² Jornal O Globo, 25/01/1984, p. 3, "No programa, a retomada do crescimento". Folha de São Paulo, 25/01/1984, p. 4, "A plataforma de Andreazza". Jornal do Brasil, 25/01/1983, p. 3, "Andreazza convoca PDS a desenvolver programa de governo".

para competir no mercado internacional. Condena o abuso de poder econômico e defende o consumidor, sobretudo nos casos de produtos básicos²³

Logo, percebe-se o interesse do ministro em defender um modelo de gestão descentralizado, sendo possível vislumbrar algumas de suas críticas ao então centralismo estatal - modelo adotado pelos governos militares, marcado por uma interferência no funcionamento do mercado. A preocupação também é com o ambiente de crescimento do mercado interno, buscando defender o consumidor brasileiro dos abusos de poder econômico, como também interessado em defender o empresariado nacional - representado majoritariamente entre as pequenas e médias empresas. Posteriormente, apresentou a sua estratégia de crescimento, “através do restabelecimento da economia, que acredita se dará a partir deste ano, pretende-se fazer com que haja crescimento da ordem de sete por cento ao ano, resultando na criação de um milhão e meio de empregos/ano”²⁴. Neste tópico, insere questões sobre dívida externa e inflação: "Defende o pagamento da dívida externa, desde que não atrapalhe o crescimento; o combate à inflação se daria com a eliminação do déficit público, adoção de política monetária e crédito mais flexíveis, favorecendo a redução das taxas de juros"²⁵. Repete o interesse na questão agrícola e industrial:

Acredita que a expansão anual do produto agrícola nacional venha a ser da ordem de seis por cento, defende a transformação da economia rural do Nordeste e a ocupação de novos espaços agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia

Estímulo à produção industrial para exportação e à voltada para o mercado interno e pouco exigente em importação, promovendo uma grande diversificação. O apoio à indústria de construção civil e de material de construção será prioritário²⁶

Portanto, o ministro acreditava ser possível a redução dos índices inflacionários ainda no ano de 1984, o que lhe daria uma margem maior para o equilíbrio no balanço de pagamentos e um melhor retorno na produção nacional. Isso seria o vetor necessário para a chamada "opção pelo crescimento". Inclusive, a questão da dívida externa estaria associada à capacidade de

²³ Jornal O Globo, 25/01/1984, p. 3, “No programa, a retomada do crescimento”. Folha de São Paulo, 25/01/1984, p. 4, “A plataforma de Andreazza”.

²⁴ Jornal do Brasil, 25/01/1983, p. 3, “Andreazza convoca PDS a desenvolver programa de governo”.

²⁵ Jornal O Globo, 25/01/1984, p. 3, “No programa, a retomada do crescimento”.

²⁶ Jornal do Brasil, 25/01/1983, p. 3, “Andreazza convoca PDS a desenvolver programa de governo”.

crescimento do país, para que assim fosse possível liquidá-la. O ministro acreditava na capacidade de exportação alimentícia brasileira e que isso poderia ser útil no crescimento industrial do país, focando sempre em como isso poderia ser fundamental aos mercados internacionais e nacionais, principalmente na criação de novos postos de trabalho.

O terceiro vetor do ministro era a estratégia de transformação social

Utilizar a capacidade de produção ociosa, ampliando-se investimentos, criando empregos e gerando riqueza.

a) Emprego, política salarial e distribuição de renda - Execução de obras urbanas - a curto prazo, a criação de novos empregos determinará a evolução dos salários compatível com o crescimento real da economia.

b) Pobreza: elevação da renda das populações pobres através da política de emprego e salarial, criação de programas de suplementação direta dos níveis de consumo e ampliação dos serviços básicos sociais²⁷

Aqui, Andreazza demonstrava-se esperançoso em garantir o desenvolvimento através de um modelo que visava a transformação social, voltando sua política para o aumento do número de vagas de emprego e a queda da pobreza. Entretanto, deve-se lembrar que o “milagre econômico” brasileiro teve como característica o acentuamento da concentração de renda e da disparidade social. E o próprio ministro teve participação ativa nos governos ditatoriais, responsáveis pela adoção desta política econômica, responsável por tais consequências.

O quarto vetor foi o desenvolvimento regional e urbano do país: "Defender maior autonomia dos estados e municípios, uma política diferenciada e regionalizada"²⁸. Dando prioridade máxima ao Nordeste, principalmente para o crescimento rural da região. Real ocupação da região amazônica e apoio nas atividades agropecuárias do Centro-Oeste, com a garantia de projetos de industrialização para a região.

²⁷ Jornal O Globo, 25/01/1984, p. 3, “No programa, a retomada do crescimento”. Folha de São Paulo, 25/01/1984, p. 4, “A plataforma de Andreazza”. Jornal do Brasil, 25/01/1983, p. 3, “Andreazza convoca PDS a desenvolver programa de governo”.

²⁸ Jornal O Globo, 25/01/1984, p. 3, “No programa, a retomada do crescimento”. Folha de São Paulo, 25/01/1984, p. 4, “A plataforma de Andreazza”. Jornal do Brasil, 25/01/1983, p. 3, “Andreazza convoca PDS a desenvolver programa de governo”.

O campo político era o seu último vetor: "A abertura democrática levará à maior participação popular"²⁹. Amplo envolvimento da sociedade na formação da opinião pública, acabando com a chamada oposição entre Estado e sociedade. Valorização de uma política de descentralização administrativa, garantindo maior autonomia aos estados e municípios, medida que seria garantida com uma ampla reforma tributária. Por fim, alterações no texto constitucional, possibilitando a retomada das prerrogativas do Congresso.

Neste momento, não foi possível identificar a real repercussão das ideias de Andreazza no seio do partido. Isso se justifica, já que era um período de lançamento de campanhas e de formação de blocos. Mas, alguns de seus esboços foram analisados por Maluf - talvez o seu principal adversário no momento. O deputado federal de São Paulo apresentava uma proposta ainda mais austera no campo econômico, pensando em sua aplicação nos três primeiros anos de seu governo, caso fosse eleito. Maluf também se queixou da visão de Andreazza sobre o tempo de um mandato presidencial, o deputado alegava que essa era uma decisão que cabia ao Legislativo³⁰. O que pode parecer apenas uma crítica inocente, revela um fundo ainda mais complexo. Andreazza tinha em seu programa o desejo de retomar as prerrogativas do Legislativo. A fala de seu adversário representava uma queixa clara e bem pontual. Afinal, onde estava a coerência em defender uma pauta de maior liberdade ao Congresso, se o mesmo candidato busca adotar uma campanha que induzia o Legislativo a acatar uma decisão pessoal, matando assim sua prerrogativa.

Foi possível indicar como as candidaturas do PDS estavam inseridas em um momento de conturbação dentro do próprio partido. Andreazza, mesmo buscando não contrariar o presidente Figueiredo, também contribuiu para a não pacificação de ânimos. O Ministério do Interior também foi importante na validação de sua campanha, já que o órgão poderia ser utilizado na consolidação de apoios políticos importantes. Construindo uma rede de afinidades duráveis fundadas em interesses comuns³¹. A sua contradição também merece ser lembrada, já

²⁹ Jornal O Globo, 25/01/1984, p. 3, "No programa, a retomada do crescimento". Folha de São Paulo, 25/01/1984, p. 4, "A plataforma de Andreazza". Jornal do Brasil, 25/01/1983, p. 3, "Andreazza convoca PDS a desenvolver programa de governo".

³⁰ Jornal O Globo, 26/01/1984, p. 5, "Convencionais vão da festa de Andreazza à visita de Maluf".

³¹ SAWICKI, 2013.

que o candidato era pelo pleito indireto em sua candidatura, mas aceitava o retorno do voto direto em uma possível sucessão. Agora, o campo econômico foi ponto de preocupação para o candidato, principalmente no interesse em liderar um novo programa de desenvolvimento, focado em controlar a inflação brasileira e estimular o crescimento, fortalecendo a pequena e média empresa.

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E UMA POSSÍVEL COALIZÃO

Essa seção busca esclarecer a visão do ministro e candidato Mário Davi Andreazza em relação a dois temas importantes do período. A primeira questão era saber a sua posição em relação ao órgão de segurança e informações, o chamado SNI. Após o fim do período ditatorial, qual seria o seu papel na sociedade brasileira? Também foi possível perceber a posição de Andreazza com relação à composição de seu governo. Havia uma chance de que o partido governista no período não conseguisse agregar maioria necessária dentro do Congresso, com isso o debate sobre uma coalizão tornou-se importante.

Ao viajar para a Bahia, fato que ocorreu nos primeiros dias do mês de fevereiro de 1984, o ministro acabou dando importantes declarações sobre o principal serviço de inteligência do governo, o SNI (Serviço Nacional de Informações). Questionado sobre o que faria com o órgão, Andreazza negou qualquer possibilidade de "fechar" a instituição. Ao contrário, garantia a sua permanência, alegando que este produzia informações e elas eram essenciais em qualquer governo do mundo³².

Lembrando que o antigo SNI teve uma característica muito peculiar, em comparação aos demais sistemas de informação da América do Sul: sua autonomia. Criado em um espaço menor do que 90 dias, desde o governo do presidente Médici, a instituição teve suas funções ampliadas. Inclusive, quando foi idealizado, o projeto contava com baixo envolvimento dos militares da ativa. Situação que foi contornada após 1968, onde a “linha-dura” acabou a se interiorizar dentro do órgão³³. A sua função primordial seria reunir dados/informações para o

³² Jornal O Globo, 01/02/1984, p. 4, “Andreazza: SNI é necessário e não vai ser fechado”. Folha de São Paulo, 01/02/1984, p. 4, “Se eleito, Andreazza promete manter SNI como está”. Jornal do Brasil, 01/02/1984, p. 3, “Andreazza manterá órgão de informação”.

³³ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Estado ditatorial, mas acabou passando a ter tamanha influência, que Stepan o definiu como a quarta força armada. A partir de 1971, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), o que auxiliou na monopolização de suas funções e no ganho de prestígio que não se via em nenhum outro lugar da América do Sul.

Agora, o próprio desmonte do aparato de informações foi difícil ao governo. Carlos Fico informa que ainda no projeto de abertura, o presidente Geisel tinha a consciência de que era necessário o exercício de maior controle sobre os órgãos de segurança, isso porque não seria possível apenas a extinção da referida estrutura³⁴. O início da distensão política foi acompanhado de um movimento de reação dentro da comunidade de informações. Era comum associar esse projeto com a já conhecida ameaça comunista. O presidente Geisel acabou escolhendo enfrentar a chamada linha-dura, grupo que tinha muito envolvimento com a comunidade de informações.

Por parte do grupo militar contrário ao projeto de abertura, havia um sentimento de ameaça – principalmente com receio do que poderia representar o retorno ao caminho democrático. Especialmente pensando no perigo de possíveis punições aos envolvidos na estrutura de informações. Por isso, acabou ocorrendo uma movimentação com o intuito de acompanhar como alguns grupos civis, particularmente envolvidos com o debate sobre Anistia, se comportavam³⁵.

Já no governo Figueiredo, membros dessa comunidade estiveram envolvidos em ataques à sociedade civil, como o ocorrido no Riocentro (1981). Contudo, essa situação acabou sendo responsável em gerar um desgaste aos implicados, colaborando para a desmoralização do grupo. Mesmo assim, existia um interesse por parte de membros da comunidade de informações em tentar garantir a permanência de sua estrutura, provando a necessidade destas instituições nos governos futuros.

Fico acaba mostrando o que poderia ser entendido como uma contradição, já que no governo do presidente Figueiredo o SNI acabou sendo reforçado, em um momento de abertura política, principalmente por conta do trabalho do general Otávio Medeiros. E o que explicaria

³⁴ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³⁵ FICO, 2001.

isso? Para o autor, a ideia era dar um caráter distinto ao órgão, ele deixava de ser uma instituição de segurança para voltar sua atenção ao campo da informação. A fala do ministro Andreazza era um complemento nesse sentido: o antigo SNI tornou-se apenas um instrumento de assessoramento presidencial.

Também foi relevante perceber algumas de suas estratégias, para conquistar adeptos dentro de seu partido. Andreazza, teria negado atrelar sua campanha ao nome de algum vice, mesmo tendo o claro apoio de Antônio Carlos Magalhães que teria lhe garantido 75 convencionais da Bahia. Ainda que negasse a possibilidade de utilizar o seu ministério em favor de sua campanha, ficava explícito o poder político que ele possuía, ao ter controle sobre a pasta. No referido estado, o ministro teria ido ao Banco de Desenvolvimento da Bahia (Desenbanco) assinar um convênio de Cr\$ 2 bilhões, somente para a reconstrução do Mercado Modelo, que teria sido destruído por um incêndio, além de apresentar projetos nos setores de habitação e saneamento³⁶.

O debate sobre as eleições diretas acabou ganhando corpo no início do ano de 1984, por conta da Emenda Dante de Oliveira, principalmente por gerar uma grande mobilização social e política. Mediante isso, alguns membros do PDS chegaram a apoiar tal projeto, mesmo não sendo o interesse da maioria do partido e dos candidatos Paulo Maluf e Andreazza. Mas, mediante a possível aprovação da Emenda, ficava um questionamento sobre os reflexos de sua aprovação no contexto sucessório³⁷. A principal questão envolvia a necessidade de uma coalizão do PDS com mais um partido, possivelmente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em prol de garantia da governabilidade no Legislativo. Assim, no novo sistema multipartidário brasileiro, a coalizão passava a ser uma possibilidade.

O chamado “presidencialismo de coalizão” é um termo cunhado por Sérgio Abranches e aqui merece uma atenção especial³⁸. O autor entende que o Brasil reunia aspectos importantes

³⁶ Jornal O Globo, 01/02/1984, p. 4, “Andreazza: SNI é necessário e não vai ser fechado”. Folha de São Paulo, 01/02/1984, p. 4, “Se eleito, Andreazza promete manter SNI como está”. Jornal do Brasil, 01/02/1984, p. 3, “Andreazza manterá órgão de informação”.

³⁷ Jornal O Globo, 03/04/1984, p. 3, “Andreazza afirma que aceita chefiar governo de coalizão”. Jornal do Brasil, 03/04/1984, p. 3, “Andreazza admite mandato de 4 anos com reeleição”.

³⁸ ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: *DADOS - Revista de Sociais*, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 1-25.

e praticamente exclusivos: o sistema proporcional, o multipartidarismo, um “presidencialismo imperial”, mas também um Executivo com grandes coalizões. Esses fatores forjaram o conceito que o autor utiliza sobre “presidencialismo de coalizão”.

Para Abranches, a formação heterogênea da sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1960, se tornou um fator que colaborou para o surgimento desse sistema, justamente porque não existiram respostas que conseguissem dinamizar esses problemas estruturais. O que ocasiona um conflito entre os poderes Executivo e Legislativo. A transição democrática teria marcado a ruína do modelo autoritário. Essa pesquisa está inserida em um momento final de presidência militar, mas já percebe que algumas características do regime autoritário já não se perpetuavam mais, principalmente após o fim dos Atos Institucionais (sendo o mais conhecido o AI-5).

O sistema político brasileiro que acompanhou a chamada Nova República não era uma novidade política no Brasil. Ao contrário, o regime político de 1946 até 1964 era semelhante, marcado pelo presidencialismo, o sistema bicameral, eleições proporcionais e o sistema multipartidário. A república que surgiu em 1946 também teve que lidar com um dilema conhecido contemporaneamente: o número alto de partidos políticos. A reforma partidária de 1979 retornava com essas mesmas questões, a preocupação com uma coalizão seria resultado de um novo fracionamento partidário dentro do Congresso.

Entre os anos de 1966 e 1979, período do bipartidarismo brasileiro, o partido governista conseguiu manter uma maioria parlamentar importante. Todavia, a partir de 1974, o partido de oposição acabou conseguindo um crescimento relevante, ao ponto de o Executivo realizar uma série de medidas de “engenharia eleitoral”³⁹ com o claro intuito de reduzir a força oposicionista. Aos futuros pleitos, Andreazza percebia que a tendência do partido governista (PDS) não era mais de conseguir a maioria simples (50% + 1) dentro do parlamento. O quadro indicava

³⁹ O conceito de engenharia eleitoral serve para explicar como, desde o início do período ditatorial brasileiro, os militares sempre interferiram na política partidária, com o claro intuito de impedir o crescimento eleitoral da oposição. A criação do sistema bipartidário já é por si um exemplo dessa interferência. Porém, após o pleito eleitoral de 1974, a intervenção aumentou ainda mais. Podendo citar os seguintes exemplos: Lei Falcão (1976); Pacote de Abril (1977); Pacote de Novembro de 1981. FLEISCHER, 1988.

chances explícitas de que, nas eleições de 1986, a base de sustentação política ao governo só seria possível dentro de um sistema de coalizão.

Mas por que o PTB poderia ser esse alvo? Primeiro, o partido foi objeto de uma concorrência dentro do campo trabalhista entre Ivete Vargas e Leonel Brizola, sendo Ivete a vencedora da disputa. Após as eleições de 1982 e o agravamento das condições econômicas internacionais, passou-se a debater uma série de medidas econômicas que não eram fator de fácil aceitação dentro do Legislativo. O governo passou a perceber que mesmo tendo maioria para aprovar os seus textos, enfrentava dificuldades no Congresso. Com isso, esboçou-se uma aliança com o PTB. A princípio, o partido minoritário poderia ter uma pequena participação ministerial, alvo que foi muito questionado por membros do PDS. Depois, o governo tentou dar maior margem de envolvimento do PTB em algumas pautas decisórias, mas a aliança não prosperou justamente por conta de ajustes na política econômica voltada para a classe trabalhadora. Mesmo assim, essa aliança em um possível governo, Andreazza poderia ser fundamental para a manutenção de uma maioria simples no Parlamento – o que garantiria ao presidente maior governabilidade.

Como visto, a posição de Andreazza com relação ao SNI era de continuidade. Possivelmente, motivada por seu envolvimento inicial no projeto, como também por um conhecimento do que tal órgão representava em um momento de abertura e como mudanças significativas eram ainda percebidas como ameaçadoras pelos grupos mais radicais que apoiavam o governo. Essa postura também indica uma relação de proximidade entre Andreazza e os grupos militares mais radicais do período. Portanto, o projeto de abertura política, se fosse liderado em uma possível presidência de Andreazza, também envolveria grupos que não possuíam o compromisso com o restabelecimento democrático brasileiro.

Uma coalizão com outros partidos, uma medida que poderia ser necessária na garantia de sua governabilidade parlamentar, também foi bem avaliada pelo candidato. Essa preocupação acaba sendo demonstrada em um momento de decréscimo do PDS no parlamento brasileiro. Andreazza poderia negar essa possibilidade e declarar confiança no crescimento da sigla em 1986. Porém, quando o candidato alegava ser favorável a coalizão, possivelmente já

previa que o quadro eleitoral seguinte seria responsável por uma queda de congressistas pertencentes ao partido de sustentação ao governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo econômico foi uma grande preocupação ao candidato e ministro brasileiro. Mas será que esse apelo ao projeto de desenvolvimento poderia ter apoio social? Fernando Henrique Cardoso explorou o tema e indica que talvez, Andreazza poderia encontrar dificuldades de conseguir a sustentação de tal investidura dentro do próprio meio empresarial, principalmente o industrial⁴⁰.

Afinal, o próprio governo Geisel encontrou essa dificuldade, quando anunciou o seu projeto de desenvolvimento (II Plano Nacional de Desenvolvimento). O grupo enxergava essa proposta como uma forma de estatizar a economia brasileira, e caracterizou o programa de duas formas: irreal, porque pleiteava um envolvimento do Estado brasileiro acima de sua real capacidade; perigoso, já que aumentaria o número de empresas estatais no Brasil, como também o número de agências reguladoras. Por conta disso, os empresários passaram a adotar um tom crítico a tal empreitada. Temas como dívida externa, a política creditícia e monetária também foram questões muito debatidas no governo Figueiredo⁴¹. O que mostrava que, possivelmente, o projeto de Andreazza – mesmo considerando alguns desses aspectos criticados – poderia encontrar resistências no setor empresarial.

No aspecto eleitoral, percebe-se que Andreazza não quis arriscar o favoritismo que seu partido possuía no colégio eleitoral, em favor da adoção do voto direto – mesmo que o movimento pelas “Diretas Já!” arrastava multidões às ruas. Além disso, a contradição em torno do tema ficou visível, já que o pleito direto poderia ser um caminho adotado em sua sucessão, caso fosse escolhido como presidente do país. O que caracteriza o grande interesse do candidato pelo poder e certo desprezo pelo envolvimento social no mesmo.

⁴⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.

⁴¹ CARDOSO, 1983.

A governabilidade também foi outro tema tratado pelo ministro. Em diversos aspectos, Andreazza elaborou questões sobre como poderia garantir um caminho de estabilidade ao seu mandato presidencial. Primeiro, garantir a permanência do SNI enquanto um órgão de informações seria um passo notório no objetivo de atrair o apoio de membros radicais das Forças Armadas. Além disso, dava uma maior segurança aos mesmos, por não adotar uma política “revanchista”. O “revanchismo” pertence ao cuidado meticuloso que os militares brasileiros tiveram no período transitório (1974-1985), com as medidas de violência de Estado e terror. Ao terminar a presidência de João Figueiredo, o governo civil de José Sarney não tocou em questões como os crimes cometidos pelos agentes da ditadura. Os traumas, segundo Bauer, ainda não haviam sido superados. Os militares utilizaram a estratégia da “reconciliação”, por meio da Lei de Anistia, aprovada em 1979, onde os atos arbitrários cometidos por agentes do Estado brasileiro eram equivalentes aos crimes cometidos por membros das esquerdas armadas. Mesmo durante a transição, crimes contra os direitos humanos continuavam a ser cometidos, marcando uma omissão estatal⁴². Logo, a candidatura de Andreazza também marcou a preocupação com a questão apontada. Os militares possuíam uma preocupação que ocorresse algo semelhante ao caso argentino, onde ocorreu o chamado *Juicio a las Juntas*⁴³.

O vice e o próprio programa partidário seriam uma forma de manter por perto políticos da base governista, prometendo a estes que seu governo seria marcado por uma maior participação no processo decisório – começando ainda por sua campanha.

Por fim, creio que a ausência de pesquisas semelhantes a esta, limitem o caráter comparativo, tão essencial em artigos como esse. Por isso, aqui fica o estímulo para que, futuramente, outros textos possam ser publicados com o mesmo interesse. Isso seria essencial para responder quais seriam semelhanças e distinções entre os candidatos do PDS. Também, através do aspecto comparativo, entender a própria campanha do candidato da oposição: Tancredo Neves (PMDB-MG). Possibilitando, um maior esclarecimento sobre os diversos projetos políticos que estavam presentes no período.

⁴² BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, v. 22, n. 42, 2015.

⁴³ GALANTE, Diego. *El juicio a las juntas: discursos entre lo político y lo jurídico en la transición argentina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2019.

REFERÊNCIAS

FONTES

ANDREAZZA, Mário. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>.

Pesquisa realizada em 15 de abril de 2025.

Folha de São Paulo. Acervo digital disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Pesquisa realizada em 15 de abril de 2025.

Jornal do Brasil. Acervo digital disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Pesquisa realizada em 15 de abril de 2025.

Jornal O Globo. Acervo digital disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Pesquisa realizada em 15 de abril de 2025.

OBRAS DE APOIO

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, p. 1-25.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, v. 52, p. 397-419, 2021.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, v. 22, n. 42, 2015.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BRAGA, Magno Michell Marçal. *Construtores do Brasil Grande: trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Coimbra, 2021.

CAMPOS, P. H. P. As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais em um grande projeto da ditadura brasileira. *Cadernos do CEOM (Unochapecó)*, v. 34, p. 67-82, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.

CARVALHO, Erika Marques de. *Uma cicatriz na selva: da propaganda aos impactos sociais e sanitários da rodovia Transamazônica (1969-1979)*. 2022. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. ; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 74-100, 1994.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, v. 9, n. 17, 2021.

_____. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLEISCHER, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. In: FLEISCHER, David (Org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

GALANTE, Diego. *El juicio a las juntas: discursos entre lo político y lo jurídico en la transición argentina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2019.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

LUCCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PICCOLO, Monica. O dragão não era de papel: os (des)ajustes da política econômica brasileira nos anos 1980. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Niterói: 7 Letras, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.
_____. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. 360 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SARMENTO, C. E. B. *O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983) – liderança, voto e estruturas clientelistas*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Folha Seca, 2009.

_____. *Chagas Freitas: um perfil político*. Rio de Janeiro: Alerj/FGV, 1999.

SAWICKI, F. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO, A. (Org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SOARES, Matheus. *Partido da reforma e transformação? O Partido Democrático Social (PDS) em seus anos iniciais (1979-1982)*. 2023. 253 p. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.